

“MEREÇO QUE PAREM DE ME MATAR”: A MÚSICA COMO DISPOSITIVO DE DENÚNCIA DO TRANSFEMINICÍDIO NO BRASIL

Marcelo Souza Alves¹

Resumo: Esta pesquisa realizou uma análise comparativa entre as músicas “Oração” (Linn da Quebrada, 2019) e “Andar em Paz” (Urias, 2023) e os dados do Dossiê ANTRA (2024). Assim, com base em uma abordagem discursiva, investigou-se como as letras refletem a realidade violenta enfrentada por mulheres trans e travestis no Brasil. A partir dos conceitos de necrobiopoder (Bento, 2018) e transfeminicídio (Bento, 2014), e do cruzamento entre os dados estatísticos do Dossiê e as análises das letras, foi possível compreender a dimensão social, política e afetiva do transfeminicídio. As canções articulam uma ética transgeracional e um projeto de transformação, afirmando o direito à vida, à dignidade e à continuidade da existência das mulheres trans e travestis. Este estudo contribui para ampliar a reflexão sobre o transfeminicídio no Brasil, destacando o papel das produções culturais como ferramentas discursivas que ampliam a visibilidade e compreensão dessa violência.

Palavras-chave: Transfeminicídio; Música; Denúncia; Necrobiopolítica.

1. Introdução

Infelizmente, a violência de gênero no Brasil não se restringe às mulheres cisgêneras (Lôndero; Reis; Mewes, 2024). Pessoas trans, em especial mulheres trans e travestis, também são alvos frequentes desses crimes que, muitas vezes, são marcados por extrema brutalidade (Narcisa; Bonets, 2025; Oliveira, 2024). Não por acaso, o Brasil permanece, pelo décimo sexto ano consecutivo, como o país que mais mata pessoas trans no mundo (Narcisa; Bonets, 2025).

Diante desse cenário, torna-se urgente desconstruir a perspectiva cisnormativa que ainda sustenta a compreensão dos crimes de gênero, pois ela frequentemente marginaliza mulheres trans e travestis. Isso exige uma ampliação crítica das categorias jurídicas e sociais que fundamentam o conceito de feminicídio (Oliveira, 2024). Nesse contexto, emerge o conceito de transfeminicídio como ferramenta analítica que busca compreender os assassinatos de mulheres trans e travestis como expressões extremas da violência sistemática contra aquelas que rompem, de forma pública, com os regimes normativos de gênero (Bento, 2014).

¹ Universidade Federal de Minas Gerais.

A arte, por outro lado, especialmente a música, desempenhou historicamente um papel central como forma de denúncia e resistência em contextos de opressão. Durante a ditadura militar brasileira, por exemplo, diversos artistas recorreram à música para expor as violências do regime autoritário e construir formas de resistência (Marques, 2025). Nesse sentido, a música pode atuar como instrumento de denúncia de opressões vividas por grupos marginalizados, dando voz não apenas a quem canta, mas também a quem escuta (Magalhães; Felipe, 2022).

É nesse cenário que se insere essa pesquisa e a análise das canções “Oração” (2019), de Linn da Quebrada, e “Andar em Paz” (2023), de Urias. Ambas as artistas são mulheres trans/travestis negras, com trajetórias atravessadas pelas interseções entre gênero, raça e classe; dimensões essas que estruturam suas obras. Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo compreender se os símbolos e metáforas presentes nas músicas citadas denunciam o transfeminicídio no Brasil. A análise dos trechos das canções buscou identificar como essas canções refletem os dados detalhados na Parte II - “Assassinatos, mortes e violações de direitos humanos” do dossiê oficial da ANTRA de 2024 (Benevides, 2024). Com isso, busquei demonstrar que tais produções atuam também como ferramentas discursivas que podem abrir brechas de escuta e reconhecimento para corpos historicamente silenciados.

O texto foi organizado em quatro seções. Primeiramente, foi realizada uma introdução ao tema. Depois disso, foi anunciada a metodologia utilizada. Após essa etapa, apresentei o referencial teórico que fundamentou essa análise, com base nas contribuições do transfeminismo (Nascimento, 2021), na teoria da performatividade de gênero (Butler, 2018) e nos conceitos de transfeminicídio (Bento, 2014) e necrobiopoder (Bento, 2018). Em seguida, dediquei um espaço à análise das músicas, dividida em dois blocos para explorar os recursos simbólicos e narrativos de cada canção. Por fim, foram feitas algumas considerações finais que trouxeram uma síntese das contribuições e limitações da pesquisa, além de sugestões para futuras investigações.

Por fim, é importante destacar que, durante a escrita deste trabalho, percebi que o uso do termo “dispositivo” no título poderia gerar interpretações equivocadas; porém, como o resumo expandido já havia sido enviado dessa forma para o III Simpósio sobre Feminicídios, optei por não o alterar. Por isso, esclareço que sua utilização aqui não segue estritamente a acepção foucaultiana. Emprego o termo em um sentido mais

amplo, com o propósito de pensar a música como um mecanismo de denúncia e resistência que articula sentidos, afetos e experiências sociais, especialmente diante das violências que constituem o transfeminicídio. Trata-se, portanto, de compreender a música como uma ferramenta simbólica e afetiva, capaz de operar na produção de visibilidade, na elaboração subjetiva e na resistência política de mulheres trans e travestis.

2. Metodologia

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo, pautada na compreensão dos significados e sentidos construídos pelos sujeitos em seus contextos socioculturais (Minayo, 2001). Fundamentada na Análise do Discurso de matriz foucaultiana, a investigação enfatizou a constituição de subjetividades por meio de práticas discursivas (Foucault, 1972; Nogueira, 2001). Para tanto, o corpus da pesquisa foi composto pelas músicas “Andar em Paz” (2023), da cantora Urias, e “Oração” (2019), da artista Linn da Quebrada, cujas letras foram consideradas os materiais discursivos centrais para a análise. A noção de corpus aqui empregada compreende um conjunto de materiais verbais e visuais reunidos para subsidiar uma investigação analítica (Bauer; Aarts, 2022).

A escolha dessas canções justifica-se pelo fato de ambas as artistas integrarem a comunidade trans e travesti e, em suas produções, articularem vivências marcadas pela violência de gênero, racismo e transfobia. Além disso, as obras alcançaram significativa circulação digital: até julho de 2025, o videoclipe de “Oração” somava cerca de 2,7 milhões de visualizações no YouTube, enquanto “Andar em Paz”, lançada há apenas um ano, ultrapassava a marca de 81 mil visualizações. Essa diferença temporal entre os lançamentos permitiu observar continuidades e deslocamentos nas estratégias discursivas de denúncia do transfeminicídio no Brasil.

Nesta pesquisa, elementos como símbolos, metáforas e narrativas não foram tomados como categorias neutras ou meramente estilísticas, mas como operadores discursivos que participam ativamente da produção de sentidos. À luz da Análise do Discurso de orientação foucaultiana, compreendi tais elementos como práticas que atravessam regimes de verdade e constituem modos de subjetivação (Foucault, 1972). As músicas, portanto, foram analisadas enquanto condensações de sentidos que

mobilizam afetos e posicionamentos políticos e como marcadores discursivos que reinscrevem determinados corpos e experiências na ordem do visível e do audível.

Para a execução da pesquisa, primeiramente foi delimitado o corpus, com a seleção das músicas. Em seguida, foram acessadas as letras completas e os respectivos videocliques foram assistidos. Posteriormente, foi realizada uma escuta e leitura atenta e descritiva das letras, priorizando a observação de palavras, repetições, metáforas e outros elementos discursivos que poderiam carregar dimensões políticas. Durante essa etapa, foram anotados aspectos relacionados a gênero, violência e resistência, organizando-os em uma planilha com colunas para versos, temas e observações iniciais.

A partir dessas anotações, avancei para a identificação dos discursos mobilizados pelas músicas. Foram analisadas as marcas de enunciação para compreender quem fala, a partir de qual posição e com qual autoridade discursiva, atentando também para regularidades, tensões e possíveis contradições presentes nos textos. Com isso, foi possível estabelecer conexões entre os discursos das canções e o contexto sociopolítico brasileiro, a partir dos dados presentes na Parte II - “Assassinatos, mortes e violações de direitos humanos” do dossiê oficial da ANTRA de 2024 (Benevides, 2024).

Nesse sentido, o dossiê da ANTRA (Benevides, 2024) foi utilizado como referencial empírico para contextualizar as denúncias presentes nas músicas analisadas, oferecendo dados e relatos sobre o cenário de violência enfrentado por mulheres trans e travestis no Brasil. O dossiê não foi utilizado como matriz categorial para a análise, mas como base contextual que possibilitou relacionar as enunciações poético-musicais às condições concretas de existência das mulheres trans e travestis.

3. Desenvolvimento

3.1 Fundamentação teórica

É sempre bom lembrar de Audre Lorde (2019) que nos alerta que os ataques a qualquer minoria são apenas o prelúdio de ataques a outras e por isso não podemos escolher frentes de luta contra a opressão, pois independentemente da origem dessas forças elas rapidamente afetam a todos. Partindo desse entendimento da interdependência das lutas, adotar a interseccionalidade como chave analítica torna-se

imprescindível para repensar os diversos feminismos a partir de um olhar que contemple experiências de mulheridades e identidades femininas que escapam à norma heterocisbranca. Ou seja, é necessário tencionar perspectivas que buscam construir uma imagem universalizante do ser mulher.

De acordo com Letícia Nascimento (2021),

Revisitando as origens do conceito de gênero, é possível perceber que, em sua gênese, embora traga as marcas de cada cultura, restringiu-se, por um tempo, à experiência da mulher cis, heterossexual, branca, de classe média, magra, sem deficiências — que ocupa uma posição superior e de privilégio social, sendo o ideal performativo a ser alcançado por todas as mulheres [...] Ela configura-se historicamente como sujeita central nas análises feministas, numa perspectiva universalizante (Nascimento, 2021, p. 22).

Assim, mesmo dentro do Ocidente, ficou evidente que a análise rígida das dinâmicas de gênero apresentava limitações. Ao refletir sobre as identidades de mulheres trans e travestis, Letícia Nascimento (2021) retoma, para problematizar os limites da categoria “mulher” enquanto construção histórica e política, o questionamento de Sojourner Truth: “E eu não sou uma mulher?”. Assim, Nascimento (2021) argumenta que a vivência de gênero não é homogênea, mas profundamente atravessada por marcadores como a raça, evidenciando que a feminilidade experienciada por mulheres negras não se equaciona àquela atribuída às mulheres brancas. Nesse sentido, a autora aponta para a urgência de reconhecer as múltiplas formas de ser mulher, rompendo com concepções universalizantes e excludentes.

Quando resgato a provocação de Sojourner, “E eu não sou uma mulher?”, quero reelaborá-la inserindo o verbo “poder” — “E não posso ser eu uma mulher?” — exatamente para enfatizar a existência de discursos que circulam socialmente, inclusive dentro do próprio feminismo, que pretendem determinar quem pode e quem não pode ser uma mulher. Discursos que insistem em considerar a “mulher” numa condição universal como única sujeita do feminismo. Discursos que, em um direcionamento cissexista, também impedem mulheres transexuais e travestis no feminismo (Nascimento, 2021, p. 17-18).

Essa concepção dialoga com o entendimento de Butler (2018) que aponta que as representações sobre o que significa “ser mulher” em uma determinada sociedade não emergem de uma essência natural ou pré-existente, mas dependem da construção social de um sujeito reconhecível. Ou seja, para que certos sentidos de feminilidade se tornem possíveis, é preciso que um ideal de sujeito tenha sido previamente constituído e validado dentro daquele contexto sociopolítico-cultural. Dessa forma, não há uma

identidade fixa ou natural que preceda a representação; o sujeito é, ele mesmo, um efeito de práticas discursivas e normativas.

Essa compreensão da identidade como um efeito de práticas discursivas permite problematizar os mecanismos sociais e estatais que regulam quais vidas são reconhecidas como legítimas e passíveis de luto e quais são descartadas. É nesse ponto que o pensamento de Berenice Bento (2018) se torna fundamental. A autora aponta que, no Brasil, alguns grupos de pessoas são mantidos vivos e protegidos enquanto outros são deixados para morrer ou até mortos de propósito. Isso não é acidente, é uma prática sistemática e parte do poder que o Estado exerce. A isso ela dá o nome de necrobiopoder.

Essa forma de gestão da vida e da morte, estruturada por critérios normativos de pertencimento e valor, encontra uma de suas expressões mais brutais na violência contra mulheres trans e travestis. Motivados por sentimentos de repulsa e ódio voltados àquelas que transgridem as normas de gênero e tornam-se visíveis no espaço público, os assassinatos de mulheres trans e travestis configuram uma forma específica de violência. Para dar conta dessa realidade, Berenice Bento (2014) formula o conceito de transfeminicídio, elaborado como uma ferramenta analítica que tem como objetivo interpretar e classificar tais crimes como específicos, uma vez que sua motivação está ancorada na transfobia e na punição social dirigida às dissidências de gênero (Bento, 2014).

Diante desse cenário, fica evidente que o processo de exclusão que pessoas trans e travestis sofrem tem efeitos materiais devastadores. O Dossiê de Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras (ANTRA, 2024) evidencia isso.

Analisando os índices de assassinatos entre 2017 e 2024, a média de pessoas trans negras assassinadas permaneceu em 78%, enquanto para pessoas brancas esse índice se manteve em 21%. Em 2024, não foram encontrados casos de assassinatos contra pessoas trans indígenas ou amarelas (Antra, 2024, p. 75).

Esses números não apenas expõem o racismo estrutural que atravessa a transfobia no Brasil, mas também escancaram a seletividade das políticas de morte operadas pelo necrobiopoder, que determina quais vidas são passíveis de cuidado e quais podem ser descartadas. Diante desse cenário de violência sistemática e apagamento, a música surge como um potente dispositivo de resistência. Para além de

provocar emoções, ela pode funcionar como instrumento de politização, articulando afetos e denúncias. Nesse sentido, estabelece-se uma relação direta entre a produção musical e o contexto sócio-histórico em que ela emerge, já que a música frequentemente expressa as tensões, demandas e contradições sociais de seu tempo (Souza; Araújo; Rocha, 2021).

3.2 Análise das canções

3.2.1 “Oração” (Linn da Quebrada)

Lina Pereira dos Santos, mais conhecida pelo seu nome artístico Linn da Quebrada, é uma cantora, compositora, atriz e performer brasileira, nascida em São Paulo (SP), que se destacou como uma das figuras mais expressivas da música e da arte queer no Brasil. Sua obra transita entre o funk, o pop e a performance política, com letras que tensionam normas de gênero, sexualidade e racialização. Linn começou a ganhar projeção com a música “Enviadescer” (2016) e, desde então, tem explorado as possibilidades de expressão de corpos dissidentes por meio da arte. Em 2017 lançou o álbum “Pajubá” e, em 2019, lançou a música “Oração”, com participação da Liniker Barros (voz e piano), da Mahmundi (baixo) e do coro formado por Verónica Valenttino, Ventura Profana, Urias, Danna Lisboa, Alice Guél e Jup do Bairro. Até o momento a música conta com mais de 2,7 milhões de visualizações no YouTube (Enciclopédia Itaú, 2024).

Letra da música “Oração” (part. Alice Guél, Danna Lisboa, Jup do Bairro, Liniker, Urias, Ventura Profana e Verónica Decide Morrer) de Linn da Quebrada (extraído do site Letras):

*Eu determino que termine aqui e agora
Eu determino que termine em mim, mas não acabe comigo
Determino que termine em nós e desate
E que amanhã, que amanhã possa ser diferente com elas
Que tenham outros problemas e encontrem novas soluções
E que eu possa viver nelas, através delas, em suas memórias*

*Entre a oração e a ereção
Ora são, ora não são
Unção, bênção, sem nação
Mesmo que não nasçam
Mas vivem e vivem e vêm*

*Entre a oração e a ereção
Ora são, ora não são*

*Unção, bênção, sem nação
Mesmo que não nasçam
Mas vivem e vivem e vêm*

*Se homens se amam, ciúmes, se hímen, se unem
A quem costumeiramente ama, a mente ama também
(Oh, oh, oh, oh) a mente ama também
(Oh, oh, oh, oh) a mente ama também*

*Entre a oração e a ereção
Ora são, ora não são
Unção, bênção, sem nação
Mesmo que não nasçam
Mas vivem e vivem e vêm*

*Se homens se amam, ciúmes, se hímen, se unem
A quem costumeiramente ama, a mente ama também
A mente ama também*

*Não queimem, não queimem
(Não queimem) não queimem as bruxas, mas que amem as bixas, mas que amem
Clamem que amem, que amem
(Não queimem) não queimem as bruxas, mas que amem as bixas, mas que amem
(Que amem) que amem, clamem que amem
Não queimem as bruxas, mas que amem as bixas, mas que amem
(Que amem, clamem que amem) que amem
Que amem as travas
Amém as travas também (oh, oh, oh, oh)
(Oh, oh, oh, oh) (hum)
(Oh, oh, oh, oh) (hum, hum, hum)
(Hum, hum, hum)*

Amém

Nos versos “*Eu determino que termine aqui e agora / Eu determino que termine em mim, mas não acabe comigo*”, há um gesto performativo de ruptura com o ciclo contínuo da violência de gênero que atravessa de forma brutal os corpos e vidas de mulheres trans e travestis. No videoclipe, ao empunhar um facão e cortar os matos ao redor, Linn da Quebrada atualiza a imagem de um corte radical, ou seja, cortar o mal pela raiz, erradicar simbolicamente aquilo que, historicamente, foi naturalizado como destino ou castigo para corpos dissidentes.

Essa performance simbólica de ruptura não acontece de forma isolada, mas insere-se em um contexto concreto de violências que atravessam corpos e vidas trans no Brasil, especialmente jovens, grupo mais vulnerável às práticas transfóbicas. Conforme aponta o Dossiê de Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras (ANTRA, 2024), 52% das vítimas com idade identificada tinham entre 15 e 29 anos, ou seja, a juventude trans e travesti segue sendo o alvo mais recorrente do ódio

sistemático. Quando Linn canta “*Determino que termine em nós e desate*”, o verbo “*desatar*” adquire força como metáfora do rompimento de amarras históricas, de prisões simbólicas e estruturais. O desejo de que “[...] *amanhã possa ser diferente com elas*” aponta para um horizonte de transformação, um projeto de mundo ainda por vir. Nesse ponto, a artista convoca uma ética transgeracional, marcada pela esperança de que as violências estruturais vividas por sua geração não se repitam nas próximas.

Esse horizonte de mudança não pressupõe a ausência de conflitos futuros. “*Que tenham outros problemas e encontrem novas soluções*” diz exatamente sobre isso. Ela não ignora a existência do conflito, mas recusa a repetição do mesmo sofrimento. Trata-se, portanto, não de idealizar um futuro sem desafios, mas de deslocar os eixos da dor, criando outras possibilidades de viver e resistir. Ao afirmar “[...] *que eu possa viver nelas, através delas, em suas memórias*”, Linn invoca uma política de ancestralidade trans-travesti: projeta-se como memória viva. Nesse gesto, recusa a narrativa hegemônica que condena pessoas trans ao apagamento ou à morte precoce. Ao contrário, reivindica o direito de ser lembrada, de habitar os corpos, as lutas e as alegrias das que virão. É uma aposta na continuidade da existência trans não como exceção, mas como legado.

Por fim, ao dizer “[...] *não queimem as bruxas, mas que amem as bixas, mas que amem / Que amem as travas / Amém as travas também*” a cantora usa a imagem das bruxas para lembrar a perseguição e a violência que grupos marginalizados, como a comunidade LGBTQIA+, sofreram e ainda sofrem. Com repetição de palavras como “bixas” e “travas”, a cantora transforma esses termos em formas de resistência e orgulho.

3.2.2 “Andar em Paz” (Urias)

Urias é uma cantora, compositora e modelo brasileira, nascida em Uberlândia (MG), que ganhou destaque na cena musical pop nacional e internacional como uma das vozes da nova geração de artistas trans. Iniciou sua carreira como modelo, mas foi com a música que consolidou sua expressão artística, abordando temas como identidade, resistência e negritude. Em 2021, Urias lançou seu primeiro álbum de estúdio chamado “Fúria”. Já em 2023 lançou a música “Andar em Paz”. No momento de escrita desse trabalho, a canção conta com 86 mil visualizações no Youtube (Content, 2022).

Letra da música “Andar em Paz” de Urias (extraído do site Letras):

*Minha navalha carrega o fio da vida
Minha voz clara rompe pelo ar
Eu cuidei das minhas feridas
A gente não vai recuar*

*Esperar o amor, mas andar com medo
Eu mereço muito, muito mais
Espero ter sorte, não morrer tão cedo
Eu sei que eu mereço andar em paz*

*Esperar o amor, mas andar com medo
Eu mereço muito, muito mais
Espero ter sorte, não morrer tão cedo
Eu sei, eu mereço andar em paz*

*Andar em paz, eu mereço
Mereço sorrir
Mereço cantar
Andar em paz, eu mereço
Mereço viver
Mereço amar
Mereço que parem*

*Todo dia morre mais de uma das minhas
Espero que isso mude
Espero que a raiva pare de andar ao meu lado
Espero que o medo pare de me acompanhar
Mas já tô cansada de esperar
Eu mereço parar de esperar
Por isso, ando com a minha navalha*

*Minha navalha carrega o fio da vida
Minha voz está cansada de gritar
Sei que o meu caminho é só de ida
E a gente não vai recuar*

*Esperar o amor, mas andar com medo
Eu mereço muito, muito mais
Espero ter sorte, não morrer tão cedo
Eu sei, eu mereço andar em paz*

*Andar em paz, eu mereço
Mereço sorrir
Mereço cantar
Andar em paz, eu mereço
Mereço sorrir
Mereço amar
Andar em paz, eu mereço
Mereço viver
Mereço cantar
Andar em paz, eu mereço
Mereço que parem de me matar*

Minha navalha carrega o fio da vida

Nos versos “*Minha navalha carrega o fio da vida / Minha voz clara rompe pelo ar / Eu cuidei das minhas feridas / A gente não vai recuar*”, Urias evoca imagens de resistência e sobrevivência. A navalha, nesse contexto, remete às práticas de autodefesa e cuidado desenvolvidas por mulheres trans e travestis, especialmente em cenários de violência institucionalizada, como, por exemplo, a Operação Tarântula (Ferreira, 2019). Ao afirmar que cuidou das próprias feridas e que não irá recuar, a artista expressa uma resistência coletiva frente à política de extermínio que historicamente marca a vida da comunidade trans.

Já no trecho “*Esperar o amor, mas andar com medo / Eu mereço muito, muito mais / Espero ter sorte, não morrer tão cedo / Eu sei que eu mereço andar em paz*”, a cantora deixa explícita a tensão entre o desejo por afeto e a constante ameaça à vida que atravessa a experiência de mulheres trans e travestis. O medo convive com a esperança de viver o amor, revelando uma solidão marcada pela vulnerabilidade. A referência à expectativa de não morrer cedo denuncia a violência sistemática contra essa população, cuja expectativa de vida é dramaticamente reduzida, assim como é possível notar nos dados da ANTRA que foram destacados na análise da música anterior (ANTRA, 2024). Ao reivindicar o direito de “andar em paz”, Urias afirma a urgência por segurança e dignidade.

Essa dimensão afetiva e existencial se entrelaça com o perfil socioeconômico das vítimas, conforme aponta a ANTRA (2024). A maioria das pessoas trans assassinadas no Brasil vivem em condições de extrema vulnerabilidade, recorrendo muitas vezes ao trabalho sexual como fonte primária ou complementar de renda (ANTRA, 2024). Essa precariedade intensifica os riscos aos quais essas pessoas estão expostas, agravando os efeitos das violências que sofrem. O medo narrado por Urias, portanto, não é apenas uma experiência subjetiva, mas a expressão de uma realidade concreta de exclusão e marginalização.

A subnotificação recorrente dos assassinatos de pessoas trans no Brasil, denunciada pela ANTRA (2025), revela uma política sistemática de invisibilização que opera não só no plano institucional, mas também no simbólico. Quando o Estado falha em registrar adequadamente essas mortes, não se trata de um erro técnico, mas da manutenção de um regime necrobiopolítico que, como discute Berenice Bento (2018), determina quais vidas são dignas de proteção, luto ou reconhecimento e quais não.

Mulheres trans e travestis, nesse regime, são tratadas como vidas descartáveis. Já citada anteriormente, a Operação Tarântula, por exemplo, expressou uma resposta estatal orientada não pela saúde, mas pela lógica policial, diante do avanço da epidemia de HIV/AIDS. Nesse contexto, o direito penal funcionou como instrumento de controle moral, direcionado especialmente aos corpos trans. Dessa forma, o entrelaçamento entre travestilidade, AIDS e criminalização produziu um imaginário necrobiopolítico no qual certos corpos não apenas eram descartados, mas também sujeitos à eliminação ativa (Cavalcanti; Barbosa; Bichalho, 2018).

Essa lógica de abandono não se restringe às instituições, ela se infiltra nos corpos e nos afetos. Na estrofe *“Todo dia morre mais de uma das minhas / Espero que isso mude / Espero que a raiva pare de andar ao meu lado / Espero que o medo pare de me acompanhar / Mas já tô cansada de esperar / Eu mereço parar de esperar / Por isso, ando com a minha navalha”*, Urias traduz a brutalidade cotidiana enfrentada por mulheres trans e travestis. A repetição do verbo *“esperar”* denuncia a promessa constantemente adiada de justiça e proteção. Raiva e medo, aqui, deixam de ser estados emocionais passageiros e se tornam presenças contínuas.

Mais uma vez trago o Dossiê da ANTRA que mostra que narrativa da música adquire contornos ainda mais urgentes quando confrontada com dados. O Brasil segue liderando o ranking mundial de assassinatos de pessoas trans, consolidando-se como epicentro do transfeminicídio. Entre 2015 e 2023, foram registradas 1.141 mortes de mulheres trans e travestis, representando 97% do total de vítimas trans. Em 2024, das 122 vítimas mapeadas, 117 eram mulheres trans ou travestis, evidenciando que a motivação dos crimes está diretamente vinculada à expressão de uma identidade de gênero feminina (ANTRA, 2024).

Dessa forma, a fala de Urias não é uma metáfora abstrata: é a inscrição de uma realidade concreta, histórica e estatística atravessada pela violência. Sua música busca rasgar o silêncio institucional com uma denúncia que emerge da experiência individual e da memória coletiva. O cansaço de esperar, como ela canta, representa o desgaste coletivo de uma comunidade que resiste diariamente à violência.

4. Considerações finais

As análises das canções “Oração”, de Linn da Quebrada, e “Andar em Paz”, de Urias, revelam convergências fundamentais na articulação da experiência das mulheres trans e travestis enquanto sujeitos políticos e corpos dissidentes que resistem às violências estruturais que os atravessam. Em ambos os casos, observa-se a denúncia da violência cotidiana, marcada pela transfobia, pela exclusão social e pelo extermínio simbólico e físico.

Outro aspecto convergente reside na construção de uma temporalidade transgeracional que propõe a memória e a ancestralidade como elementos constitutivos da luta política e da esperança por um futuro em que as violências sejam superadas. Essa ética transgeracional, explicitada principalmente na música “Oração”, afirma a continuidade da existência trans não como exceção, mas como legado que atravessa gerações, deslocando os eixos do sofrimento para novas possibilidades de existência.

Em suma, esta análise buscou oferecer uma compreensão da música como ferramenta de denúncia do transfeminicídio. Por outro lado, seria interessante que futuras investigações se debruçassem na recepção e no impacto dessas obras entre públicos trans e cisgêneros, explorando as dimensões de sua ressonância subjetiva e coletiva. Além disso, seria relevante expandir o escopo da pesquisa para outras formas de expressão artística, como a poesia, a performance e as artes visuais, a fim de mapear um panorama mais abrangente da arte como ferramenta de contestação e visibilidade para a comunidade trans. Por fim, investigar a conexão entre a produção musical e as estratégias de ação coletiva dos movimentos sociais poderia revelar como a arte não apenas reflete realidades, mas também impulsiona e se integra ativamente às lutas por resistência e reconhecimento.

7. Referências

BAUER, Martin; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. [In]: BAUER, Martin; GASKELL, George (org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BENEVIDES, Bruna. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024*. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025. Disponível em:

<https://antrabrazil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>. Acesso em: 31 junho 2025

BENTO, Berenice. Brasil: país do transfeminicídio. *Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos*, 2014. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf. Acesso em: 28 jun. 2025.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 53, e185305, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/MjN8GzVSCpWtxn7kypK3PVJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAVALCANTI, Céu; BARBASO, Roberta Brasilino; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Os tentáculos da tarântula: abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Rio de Janeiro, v. 38, spe2, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/MLLBpknvMfqdR66rvVGF3WD/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

CONTENT. Saiba quem é a artista Urias. *Nova Brasil FM*, 24 abr. 2022. Disponível em: <https://novabrazilfm.com.br/notas-musicais/urias-a-mineira-que-esta-reinventando-o-pop>. Acesso em: 21 jul. 2025.

FERREIRA, Débora Armelin. A arte como arma em território hostil. *Cidades*, n. 39, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cidades/1399>. Acesso em: 24 jul. 2025.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, revisão de Ligia Vassalo. Petrópolis: Vozes, Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972.

LINN DA QUEBRADA. *Oração* (part. Liniker, Urias, Alice Guél, Jup do Bairro, Danna Lisboa, Ventura Profana e Verónica Decide Morrer). Letra disponível em: <https://www.letras.mus.br/mc-linn-da-quebrada/oracao/>. Acesso em: 14 jul. 2025.

LINN DA QUEBRADA. In: *ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/64003-linn-da-quebrada>. Acesso em: 21 de julho de 2025. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

LÔNDERO, Milena Cramar, REIS, Ana Gabrieli, MEWES, Emily Emanuele Franco. Violência contra pessoas trans no Brasil: como romper com o “cis-tema”? *Perspectivas Sociais*, 10(01), 2024. <https://doi.org/10.15210/rps.v10i01.27346>. Acesso em: 28 jun. 2025.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org). *Pensamentos feminista: conceitos fundamentais*. Rio Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MAGALHÃES, Nathália; FELIPPE, Andreia. Música como forma de expressão social na juventude e prevenção da criminalidade. *Cadernos de Psicologia*, v. 4, n. 8, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.13362964>. Acesso em: 29 jun. 2025.

MARQUES, Rene Iarley da Rocha. O necessário papel da música na reflexão social e política do país. *Observatório da Imprensa*, Edição 1330, 21 mar. 2025. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/cultura/o-necessario-papel-da-musica-na-reflexao-social-e-politica-do-pais/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: Pesquisa Social. *Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021. 1 MB. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

NARCISA, Tayana; BONETS, Vitor. Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis, aponta dossiê. *CNN Brasil*, 27 jan. 2025. Atualizado em 11 abr. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-e-travestis-aponta-dossie/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

NATHANA MELO DE SOUZA, Cyndy; RODRIGUES DA ROCHA, Uizenairian; GOMES ARAÚJO, Elcio. A música como forma de expressão e manifestação contra a ditadura Civil-Militar no Brasil. *Das Amazônias*, v. 4, n. 1, p. 26–35, 2021. DOI: 10.29327/268903.4.1-4. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/2721>. Acesso em: 19 jul. 2025.

NOGUEIRA, Conceição. A análise do discurso. In: ALMEIDA, Leandro; FERNANDES, Eugénia. *Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação*. Braga: CEEP. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4355/1/Capitulo_analise%20do%20discu%20rso_final1.pdf. Acesso em: 14 maio 2025

OLIVEIRA, Marcella Vilas Boas. Femicídio e inclusão das mulheres trans: barreiras legais, sociais e culturais na busca pela justiça e igualdade de gênero. *Conteúdo Jurídico, Direito Constitucional*, 11 jan. 2024. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigo/64447/feminicidio-e-incluso-das-mulheres-trans-barreiras-legais-sociais-e-culturais-na-busca-pela-justia-e-igualdade-de-gnero>. Acesso em: 28 jun. 2025.

URIAS. *Andar em Paz*. Letra disponível em: <https://www.lettras.mus.br/urias/andar-em-paz/>. Acesso em: 14 jul. 2025.